



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA DA CENTÉSIMA OCTAGÉSIMA SÉTIMA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

11 E 12 DE AGOSTO DE 2010

1 Esteve reunido, às catorze horas, do dia onze de agosto de dois mil e dez, no
2 Auditório do oitavo andar do Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos, em
3 Brasília/DF, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em sua
4 centésima octogésima sétima reunião, sob a Presidência do Sr. Fabio Feitosa.
5 Presentes os **Conselheiros: Representantes de Órgãos Governamentais**
6 **Titulares:** Carmen Silveira de Oliveira – Representante da Secretaria de Direitos
7 Humanos e Vice-Presidente do CONANDA; **Representantes de Órgãos**
8 **Governamentais Suplentes:** Alfredo Bernardo Pereira da Silva – Representante da
9 Secretaria Especial de Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -
10 SEPPIR; Maria de Lourdes Magalhães – Representante do Ministério da Saúde –
11 MS; Cicera Bezerra de Moraes – Representante da Secretaria de Direitos Humanos –
12 SDH; **Representantes de Órgãos Não-Governamentais Titulares:** Fabio Feitosa
13 da Silva – Presidente do CONANDA; Djalma Costa – Representante da ANCED;
14 Andrea Franzini – Representante da Pastoral do Menor; Maria Luiza Moura Oliveira
15 – Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Miriam Maria José dos
16 Santos – Representante da Inspetoria São João Bosco – Salesianos; Helen Crystine
17 Corrêa Sanches – Representante da Associação Brasileira de Magistrados e
18 Promotores de Justiça da Infância e Juventude – ABMP; Carlos Eduardo Nery Paes
19 – Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP; Tiana Sento-Sé –
20 Representante do IBISS; Raimunda Núbia Lopes da Silva – Representante da
21 Central Única dos Trabalhadores – CUT; Maristela Cizeski – Representante da
22 Pastoral da Criança; Aracélia Lúcia Costa – Representante da Federação Nacional
23 das APAES – FENAPAES; Ariel de Castro Alves – Representante do Movimento
24 Nacional dos Direitos Humanos – MNDH; Glícia Thais Salmeron de Miranda –
25 Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Marco Antônio da Silva
26 Souza – Representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

27 **Convidados:** Jorge Abrahão – Diretor da Diretoria da Área Social do Instituto de
28 Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Lena Peres – Secretária de Promoção dos
29 Direitos Humanos da SDH; Vitor Pegler – Representante do Conselho Municipal de
30 Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo. **Coordenação-**
31 **Geral do CONANDA:** Margarida Munguba Cardoso – Coordenadora Geral do
32 CONANDA. **Pauta: 1)** Seminário sobre os Novos Cenários da Rede de Proteção na
33 Próxima Década; **2)** Informes do GT da Política Nacional e do Plano Nacional de
34 Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos; **3)** Deliberações sobre os novos prazos
35 para a elaboração da Política Nacional e do Plano Decenal; **4)** Aprovação das Atas
36 da 182^a, 183^a, 184^a, 185^a e 186^a Assembléia do CONANDA; **5)** Relato das
37 Comissões; **Item I: Abertura.** O Presidente do CONANDA, o Sr. Fabio Feitosa da
38 Silva, abriu os trabalhos cumprimentando a todos e de pronto passou a palavra ao
39 Sr. Jorge Abrahão, Diretor da Área Social do Instituto de Pesquisa Econômica
40 Aplicada – IPEA, para a exposição do Seminário Novos Cenários na Rede de
41 Proteção. Entretanto, a Sra. Carmen Silveira Oliveira informou da presença de
42 membros da Secretaria, em especial da nova Secretária de Promoção de Direitos
43 Humanos da Secretaria de Direitos Humanos – SDH, Lena Peres, que agradeceu e
44 saudou a todos. Em seguida, o Sr. Jorge Abrahão agradeceu o convite e fez um
45 panorama das políticas sociais no Brasil, principalmente a partir da Constituição de
46 1988 e destacou as áreas defectivas das políticas e o que era necessário para
47 melhorá-las. Apontou que o Brasil investe 22% do seu Produto Interno Bruto – PIB
48 em políticas sociais e que a queda da pobreza no Nordeste era muito mais
49 acelerada do que no restante do país, devido às políticas implementadas. Apontou
50 que as crianças e adolescentes era um grupo mais penalizado na transferência de
51 renda. Entretanto, apresentou indicadores que apontavam melhorias significativas
52 para este grupo, tal como as internações por desnutrição de crianças de zero a onze
53 anos, peso abaixo do esperado, mortalidade infantil. Destacou também que o Brasil
54 tinha condições de acabar com a pobreza extrema até 2016, realizando uma política
55 discricionária para alguns estados. Todavia, o Brasil ainda era um país muito
56 desigual. Apontou também a queda do trabalho infantil e o envelhecimento da
57 população brasileira em 30 anos, sendo que a população economicamente ativa não
58 sofreria alteração significativa em seu quantitativo. Após, o Sr. Fabio Feitosa da
59 Silva ponderou que os dados apresentados e o IPEA eram muito importantes para a
60 construção da Política Nacional e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e
61 Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Em seguida, o Sr. Fabio

62 Feitosa da Silva agradeceu ao palestrante, ressaltando que os dados apresentados
63 vinham em um momento importante da construção do Plano Decenal e da Política
64 Nacional. O Alfredo Bernardo Pereira da Silva também parabenizou a apresentação
65 solicitando que a mesma fosse disponibilizada para os conselheiros. Indagou, por
66 fim ao que o Sr. Jorge Abrahão creditava as dificuldades da reforma tributária no
67 país. E solicitou uma explanação maior em relação ao conceito de pobreza. O Sr.
68 Djalma Costa questionou se as famílias tinham segurança na recuperação da sua
69 sustentabilidade, da melhoria da qualidade de vida ou seria transitório dentro de
70 programas de governo. Afirmou que dentro do princípio da recuperação da renda
71 das famílias, a Região Norte e a Região Nordeste apareciam se alimentando de
72 forma adequada, mas estas famílias não conseguiam ter além do que o alimento à
73 sua mesa, ou seja, elas não conseguem produzir bens duráveis. Questionou como o
74 Brasil conseguiria reduzir a pobreza extrema em 2016. E, por fim, ponderou que não
75 observou no estudo a questão ambiental, considerando que grande parte da
76 população brasileira morava nas zonas onde o impacto ambiental é muito forte ,
77 sobretudo, na sobrevivência econômica destas pessoas. A Sra. Carmen Silveira de
78 Oliveira solicitou maiores esclarecimentos sobre a tendência de reversão das taxas
79 de migração, ou seja, da cidade para o campo. E questionou à luz do Programa de
80 Aceleração do Crescimento como visualizava a interiorização da economia e que
81 impacto tinha na economia dos municípios. O Sr. Andrea Franzini indagou se era a
82 hora ou não de classificar a política ambiental como política social. O Sr. Jorge
83 Abrahão afirmou que o que dificultava a reforma tributária era mexer com o poder
84 pré-estabelecido, mexer com os interesses pessoais da sociedade brasileira, por
85 exemplo. Esclareceu que o que caracterizava a pobreza extrema era uma renda
86 familiar de um quarto do salário mínimo. Quanto à temporalidade das políticas,
87 afirmou que a Constituição era um marco fundamental para a garantia do direito.
88 Defendeu o trabalho, apesar de montada a estrutura social, o trabalho era a fonte
89 primordial da vida. Com relação à questão sócio ambiental, afirmou que a política
90 ambiental interagia com a social e que gostava mais de pensar no desenvolvimento,
91 que significava a sustentabilidade, trabalho para todos, sistema de proteção. A Sra.
92 Maria Luiza Moura Oliveira destacou o lançamento no dia anterior do IVH, Índice de
93 Valor Humano, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD, e
94 questionou se os índices dialogavam, o IVH com o IDH, Índice de Desenvolvimento
95 Humano. A Sra. Miriam Maria José dos Santos questionou qual era o peso da
96 sociedade civil na formulação das políticas sociais e como, enquanto conselho

97 paritário, conseguiriam o que seria determinado na política fosse cumprido
98 integralmente pelo Governo. A Sra. Helen Crystine Corrêa Sanches se havia
99 interesse do IPEA em desenvolver uma análise do ponto de vista dos investimentos
100 dos municípios, dos estados e da União na implementação das políticas sociais e as
101 correspondentes contrapartidas em termos de receitas. O Sr. Carlos Eduardo Nery
102 Paes questionou quais eram os riscos mais evidentes com relação à redução da
103 desigualdade regional e da desigualdade populacional em centros urbanos
104 especificamente e que estratégicas que deveriam ser feitas para minimização destes
105 riscos. E se as políticas eram suficientes para redução da desigualdade. A Sra.
106 Maria de Lourdes Magalhães indagou se a política social tinha ainda muito a
107 crescer, frente à transição demográfica, ou passaria por um período de
108 desaquecimento. Esclarecendo à Sra. Carmen Silveira Oliveira, o Sr. Jorge Abrahão
109 informou que houve a migração de retorno, porém, a migração aos centros urbanos
110 já voltou aos patamares anteriores. Afirmou que a interiorização do desenvolvimento
111 tinha em alguma porcentagem a ver com as obras do PAC, todavia, o maior motivo
112 seria as políticas sociais. Ponderou que o IVH não possuía uma métrica, ao contrário
113 do IDH, não podia ser mensurado. Quanto à participação da sociedade civil afirmou
114 que muito foi avançado com esta participação, mas muita coisa e muitas áreas ainda
115 teriam que desenvolver essa participação de forma mais efetiva. Ponderou que a
116 questão da transversalidade era muito complexa de ser realizada, porém, era
117 desejável, e informou que a transversalidade era escopo de um estudo do IPEA e
118 poderia disponibilizar posteriormente. Esclareceu que um dos problemas mais sério
119 das políticas públicas transversais era o financiamento e o pacto federativo,
120 destacando que um dos grandes desafios para o gestor público era o federalismo
121 brasileiro. Com relação à desigualdade regional, ponderou que era fundamental
122 levar não só as políticas públicas para as regiões, mas a economia também. Como
123 exemplo, demonstrou que o Nordeste estava crescendo, mas não só porque a
124 política social estava chegando lá, mas porque os empregos estavam aumentando e
125 gerando possibilidades de dinamismo. Por fim, destacou que as políticas sociais
126 tinham muito a crescer por ainda ter muita coisa a fazer. **Item II: Informes do GT da**
127 **Política Nacional e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos**
128 **Direitos.** A Sra. Carmen Silveira Oliveira informou que o GT: elaborou as metas que
129 seriam agregadas ao termo de compromisso para subscrição dos candidatos à
130 Presidência da República, a partir de dois documentos: os Objetivos de
131 Desenvolvimento do Milênio e O Mundo para as Crianças; elaborou ofício à

132 Fundação ABRINQ, informando que o CONANDA não era signatário da Terceira
133 Edição do Termo de Compromisso aos presidenciáveis daquela instituição e
134 questionando se a Fundação não tinha conhecimento que o CONANDA elaborava
135 naquele momento a Política Nacional e o Plano Decenal. Todavia, a Diretoria da
136 Fundação informou que o termo de compromisso em questão não havia sido
137 discutido com o CONANDA ou com outros parceiros da rede de proteção, sendo
138 este de iniciativa isolada da Fundação, e que tinham ciência da elaboração do Plano
139 e da Política, solicitando assim maiores informações a respeito desta elaboração e
140 como participar das discussões. O GTI ainda definiu que já havia material suficiente
141 para enviar aos comitês de campanha dos candidatos e já seria possível fazer o
142 agendamento com os mesmos. Com isso, o Sr. Fabio Feitosa da Silva informou que
143 a Carta Compromisso foi enviada aos comitês e seria feito o contato com os
144 mesmos para o agendamento das assinaturas. Ao passo que a Sra. Carmen Silveira
145 Oliveira sugeriu que propusessem aos candidatos a data de 15 e 16 de setembro
146 para a assinatura do termo, o que foi acatado pelos demais. **Item III: Deliberações**
147 **sobre os novos prazos para a elaboração da Política Nacional e do Plano**
148 **Decenal.** A Sra. Carmen Silveira Oliveira informou que eram necessárias algumas
149 alterações no calendário do CONANDA e o GTI propôs: no dia 10 de agosto, o GTI
150 começou a elaborar os objetivos estratégicos do Plano Decenal e da Política
151 Nacional; No dia 9 de setembro, o GTI analisaria o anteprojeto elaborado pelo
152 Instituto Polis; Nos dias 15 e 16 de setembro seria realizada a Assembleia do
153 CONANDA para analisar exclusivamente o anteprojeto, para que no mês de outubro
154 o documento fosse posto em consulta pública, e nos dias 20 e 21 de outubro fosse
155 realizada a plenária concomitantemente com o X Encontro de Articulação de
156 Conselhos; Nos dias 10 e 11 de novembro seria feita a aprovação do Plano Decenal;
157 e entre os dias 22 e 25 de novembro a realização da Plenária Inter-Conselhos para
158 aprovação com os conselhos setoriais convidados. A Sra. Tiana Sento-Sé sugeriu a
159 realização de duas teleconferências no âmbito da consulta pública, uma no início do
160 mês de outubro e outra no final e propôs também a realização da plenária de
161 setembro em três dias, o que foi acatado, definindo que seria realizada a Assembleia
162 Ordinária do CONANDA nos dias 14, 15 e 16 de setembro do corrente ano. A Sra.
163 Miriam Maria José dos Santos propôs a realização de uma Reunião Extraordinária
164 da Comissão de Políticas Públicas – CPP devido às pautas vencidas da Comissão.
165 A Sra. Maria Luiza Moura Oliveira solicitou mais um dia de trabalho para o GTI, que
166 foi acatado e o próprio Grupo definiria a data de sua realização. **Item IV: Aprovação**

167 **das Atas da 182ª, 183ª, 184ª, 185ª e 186ª Assembléia do CONANDA.** O Conselho
168 analisou as respectivas atas e aprovaram as atas das assembleias 182ª (centésima
169 octogésima segunda) a 185ª (centésima octogésima quinta) com as devidas
170 retificações e correções. Todavia, a Ata da 186ª (centésima octogésima sexta) não
171 foi aprovada devido à falta de fidelidade do texto do Termo de Compromisso dos
172 Candidatos à Presidência da República, sendo que a Coordenação-Geral do
173 CONANDA ficou responsável pelas retificações e a mesma seria apreciada e
174 aprovada na 188ª Assembleia do CONANDA, em setembro. **Item V: Relato das**
175 **Comissões. Comissão de Orçamento e Finanças – COF.** O Sr. Djalma Costa
176 informou que a Comissão analisou os projetos que tinham pendência dentro do
177 edital 2010, da linha ação do enfrentamento à violência e à exploração sexual e da
178 linha do sistema de garantia de direito. Da linha ação do enfrentamento à violência e
179 à exploração sexual, os dois primeiros analisados foram o projeto da Secretaria de
180 Assistência Social do Piauí e da Prefeitura de Teresina/PI, com a proposta de
181 implantação do programa de ações integradas e referência do enfrentamentoda
182 violência sexual – PAIR em seis municípios, no valor de R\$ 115 mil; O terceiro do
183 Governo do Estado do Amapá, abrangendo sete municípios do estado, no valor de
184 R\$ 400 mil; Quarto projeto da Prefeitura Municipal de Fortaleza; abrangendo os
185 bairros de Barra do Ceará, com o valor de R\$ 230 mil; Quinto projeto da Secretaria
186 de Estado de Minas Gerais, abrangendo o Sul do Estado, no valor de R\$ 350 mil;
187 sexto projeto da Secretaria de Segurança do Acre; Sétimo projeto do Estado do
188 Maranhão, abrangendo o vale do Parnaíba e as fronteiras com o Piauí, no valor de
189 R\$ 338 mil; oitavo projeto da Secretaria de Estado de Assistência e
190 Desenvolvimento do Estado de São Paulo, abrangendo 202 municípios, no valor de
191 R\$ 600 mil; nono projeto da Universidade Federal do Paraná, abrangendo três
192 municípios, no valor de R\$ 270 mil; décimo projeto Associação de Formação e
193 Reeducação Lua Nova, tem como objeto a disseminação e sistematização do
194 método de geração de renda para adolescente em situação de vulnerabilidade de
195 exploração ou abuso sexual, divulgando a metodologia escola de negócios sociais
196 em três municípios, Fortaleza, Porto Velho e São Luiz, com valor de R\$b 470 mil;
197 décimo primeiro projeto, da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância
198 e da Juventude – ASBRAD, de Guarulhos, São Paulo, projeto disseminação de
199 metodologia de atendimento a mulheres vitima de tráfico a exploração sexual no
200 Aeroporto de Guarulhos para as áreas de fronteira nacional, com o valor de R\$ 350
201 mil; Décimo segundo projeto da Universidade Federal de Minas Gerais, abrangendo

202 os profissionais que atuam na rede em todo o estado, no valor de R\$ 100 mil;
203 Décimo terceiro projeto Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do
204 Centro Oeste – IBISS – CO, abrangendo as crianças e adolescentes de
205 comunidades indígenas e camponesas em sete municípios do estado de Mato
206 Grosso do Sul, com o valor de R\$ 200 mil; 14º projeto do IPAS Brasil, abrangendo
207 Fortaleza, Belém, Foz do Iguaçu, São Paulo e Campo Grande, com o valor de R\$
208 600 mil reais; 15º Projeto da Fundação Universidade de Brasília, abrangência
209 nacional, com o valor de R\$ 450 mil; 16º Organização de Direitos Humanos Projeto
210 Legal, abrangência nas cidades do Rio de Janeiro, Belford Roxo, municípios com
211 unidade de internação, além de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Niterói e
212 São Gonçalo, com o valor de R\$ 200 mil reais. Os projetos acima relacionados foram
213 todos aprovados pela plenária. Com isso, o Sr. Djalma Costa passou a apresentar
214 os projetos da linha do sistema de garantia de direito, que somaram R\$
215 2.282.000,00: 1º projeto Integrando Crianças, Adolescentes e Família para o 5º
216 Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares, que foi aprovado; 2º projeto da
217 Universidade Federal do Maranhão para capacitar oitocentos e oitenta e um
218 Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares do Maranhão, com o valor de R\$
219 301 mil, que foi aprovado; 3º Projeto da Fundação Centro de Defesa dos Direitos
220 Humanos Bento Rubião, para promover a formação continuada de Conselheiros de
221 Direito e Conselheiros Tutelares do estado do Rio de Janeiro objetivando o
222 fortalecimento do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, com o
223 valor de R\$ 395 mil, que foi aprovado; 4º Projeto da Secretaria de Estado da Mulher,
224 da Cidadania e dos Direitos Humanos de Alagoas, com valor de R\$ 270 mil, que foi
225 aprovado; 5º Projeto do IDEST, para o levantamento da população infanto-juvenil de
226 rua, que foi aprovado com a ressalva de convidar o IDEST para prestar maiores
227 esclarecimentos à CPP sobre a pesquisa e que a CPP levasse os encaminhamentos
228 à próxima plenária do CONANDA; 6º projeto Safernet Brasil, para realização de
229 oficinas e disseminar informações sobre o ECA e produzir materiais educativos e
230 kits pedagógicos que abordem a questões relativas às violências contra a criança e
231 o adolescente processadas por meio da internet, que foi aprovado; 7º projeto da
232 instituição Cata-Vento, proposta de disseminação dos princípios de atuação e das
233 ações desenvolvidas pelos fóruns ligados à garantia dos direitos da criança e do
234 adolescente no Ceará, com o valor de R\$ 233 mil. A Sra. Carmen Silveira Oliveira
235 registrou que era temerária a abertura de financiamento dentro do FNCA para plano
236 de comunicação, abrindo prerrogativa para as demais redes e fóruns. A Sra. Miriam

237 Maria José dos Santos foi favorável à aprovação do mesmo porque os fóruns não
238 possuíam personalidade jurídica e teriam dificuldades em captar recursos. A Sra.
239 Aracélia Lúcia Costa questionou se o fodo do projeto atendia ao eixo do edital e se a
240 equipe técnica analisou o projeto. Ao passo que o Sr. Andrea Franzini afirmou que
241 foi feita a análise pela equipe técnica e atendia aos eixos do edital. O Sr. Djalma
242 Costa afirmou que o projeto estava alinhado com a proposta do edital. O Sr.
243 Wallisson, representante da Secretaria de Direitos Humanos, esclareceu que o
244 projeto iria contribuir para a mobilização e exercício do controle social por jovens,
245 estudantes e a incidência desse público na mídia, na perspectiva de gerar
246 conhecimentos sobre infância e adolescência de uma maneira mais positiva, ativa.
247 Posto isto, o projeto foi reprovado por meio de votação, com seis quatro votos a
248 favor, seis contra e cinco abstenções; 8º projeto do Instituto Berço da Cidadania do
249 Distrito Federal, para capacitação de duzentos profissionais da rede de acolhimento,
250 gestores, técnicos do sistema de garantia de direitos envolvidos na promoção,
251 proteção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente, abrangendo todo o
252 Distrito Federal, com o Valor de R\$ 200 mil, que foi aprovado; 9º projeto Centro de
253 Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva lá no Rio de Janeiro, para o reordenamento
254 dos programas de acolhimento institucional do Rio de Janeiro por meio de
255 qualificação dos agentes envolvidos, profissionais técnicos, gestores, representantes
256 do controle social dos 92 municípios do estado do Rio, com o valor de R\$ 200 mil,
257 que foi aprovado; 10º projeto do Fórum Nacional de Educação e Direitos Humanos,
258 realizar cinco seminários de capacitação e sensibilização de profissionais que atuem
259 no sistema de justiça, conselheiros tutelares, conselheiros de direitos, profissionais
260 que atuem na rede de serviço ou órgãos gestores, incluindo gestores das políticas
261 em São Paulo, Paraná, Amazonas, Pernambuco e DF, aprovado com ressalvas
262 feitas anteriormente pela Comissão de Políticas Públicas, que seriam adequadas pela
263 equipe responsável; 11º Projeto do Instituto Presbiteriano Mackenzie, com o objetivo
264 de verificar se há preconceito nas atitudes dos Conselheiros Tutelares em relação a
265 vítimas de violência em diversos tipos, em cidades de Mato Grosso do Sul e cidade
266 de São Paulo. Todavia, o projeto não foi aprovado por meio de votação em seu
267 mérito. Posto isto, o Sr. Djalma Costa informou que ficariam pendentes dois projetos
268 para serem analisados na próxima plenária já com os devidos pareceres. Após, a
269 Sra. Carmen Silveira Oliveira informou que a COF faria o balanço da execução de
270 todos os programas do Fundo Nacional. A Sra. Aracélia Lúcia Costa sugeriu à COF
271 dos valores distribuídos por segmento, por região e por atividade, a fim de criar

272 parâmetros e critérios para o financiamento pelo CONANDA. A Sra. Carmen Silveira
273 Oliveira acresceu à sugestão o mapeamento dos financiamentos realizados no ano
274 anterior e a Sra. Tiana Sento-Sé sugeriu dar publicidade ao mapeamento. **Item V.**
275 **Informes.** O Sr. Fabio Feitosa da Silva informou que o CONANDA foi convidado a
276 participar: do Seminário Nacional da Instituição Criança Não é de Rua. Todavia, o
277 Conselho enviou ofício esclarecendo que o seminário ocorria concomitantemente à
278 realização de sua assembléia e não seria possível sua presença; entre os dias 28 a
279 31 de outubro do corrente ano, do 2º Seminário Interestadual, Direitos e Deveres da
280 Criança e do Adolescente; do 14º Encontro Estadual de Conselhos Tutelares da
281 Bahia, em Porto Seguro, entre os dias 10 e 12 de setembro; do 11º Congresso
282 Nacional de Adolescência, em Salvador/BA, nos dias 25 e 26 de setembro.
283 **Continuação do Relato das Comissões. Comissão de Políticas Públicas – CPP.**
284 A Sra. Miriam Maria José dos Santos informou que a CPP tinha três pautas,
285 destacando que a primeira era o indicativo da reunião extraordinária da CPP que
286 ocorreria no dia 17 de setembro, com o tema Medidas Socioeducativas e os
287 Seminários Regionais SUAS/SINASE. **Com tanto, o Sr. Fabio Feitosa da Silva**
288 **solicitou que um representante das demais comissões participassem dessa reunião,**
289 **sendo indicados a Sra. Tiana Sento-Sé, o Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha e o**
290 **Sr. Carlos Eduardo Nery Paes.** Informou que o Ministério do Desenvolvimento Social
291 e Combate à Fome – MDS solicitava a retirada do seguinte item da Resolução
292 aprovada conjuntamente com o CNAS sobre as orientações técnicas de serviços de
293 acolhimento para crianças e adolescentes: Em estados e regiões onde houver
294 número significativo de crianças e adolescentes ameaçados de morte podem ser
295 organizados abrigos regionais ou estaduais destinados especificamente a essa
296 finalidade, os quais, em virtude das ameaças vividas por crianças e adolescentes
297 atendidos, devem ser implementados em locais que garantam sigilo. Justificando
298 que colocaria em risco a vida dessas crianças e adolescentes. Com tanto, o
299 CONANDA aprovou a retirada de tal item. Seguindo, a Sra. Miriam Maria José dos
300 Santos informou que a CPP analisou o Plano da Primeira Infância e que a CPP
301 deliberou alguns encaminhamentos que deveriam passar pela plenária: a primeira
302 seria a integração do plano em um objetivo estratégico do Plano Decenal e da
303 Política Nacional; a segunda proposta é a transformação desse plano em projeto de
304 lei. Todavia, a comissão concluiu que aquele era um plano programático e por conta
305 disso não poderia ser transformado em projeto de lei, porém, havia algumas
306 propostas do plano que poderiam ser transformadas em projeto de lei; a terceira

307 proposta seria que a coordenação-geral do plano fosse feita pelo CONANDA e que o
308 mesmo criasse uma comissão específica para o acompanhamento de sua execução;
309 4ª proposta: nomear um dirigente nacional, com a designação de um local político-
310 administrativo, no caso a SDH, até a criação do Ministério da Infância e da Família; a
311 quinta e última proposta seria a criação do sistema nacional de acompanhamento do
312 plano, com a participação de diversos conselhos nacionais. Com tanto, a CPP
313 concluiu que a proposta trazida pelo plano criava um arcabouço e uma estrutura
314 para a sua implementação e acompanhamento que estaria sobreposta à política
315 nacional e ao plano decenal e no intuito de evitar duplicidade e racionalizar a
316 utilização dos recursos públicos, a comissão sugeriu: ao CONANDA e à SDH que
317 tivessem relevante papel na coordenação, acompanhamento e controle da política
318 nacional e do plano decenal, incorporado as propostas do Plano da Primeira
319 Infância; à Rede da Primeira Infância a responsabilidade pelo acompanhamento do
320 plano através de coordenação colegiada; aos órgãos responsáveis pelas políticas
321 públicas e os conselhos de cada setor a responsabilidade pelo acompanhamento e
322 controle das ações em seu âmbito. A Sra. Helen Crystine Corrêa Sanches sugeriu
323 convidar o Sr. Vital para esclarecê-lo melhor acerca de alterações no plano. O Sr.
324 Fabio Feitosa da Silva destacou que o plano deveria ter ajustes e sugeriu que fosse
325 marcada uma data para a aprovação do plano. A Sra. Cicera Bezerra de Moraes
326 ponderou que nem o CONANDA e nem a SPDCA poderia assumir novas demandas
327 sem estrutura e informou que o Ministro da SDH, Paulo de Tarso Vannuchi, fazer-se-
328 ia presente no dia 20 do corrente mês no Lançamento do Fórum da Primeira
329 Infância, em São Paulo. Ratificou a proposição de convidar o Sr. Vital para uma
330 conversa na CPP, apoiada também pela Sra. Ana Angélica Campelo de
331 Albuquerque e Melo, que propôs a presença do Presidente, Sr. Fabio Feitosa da
332 Silva, e que o convite fosse feito via ofício do CONANDA. Posto isto, o CONANDA
333 aprovou as deliberações propostas pela Comissão. Ademais, a Sra. Ana Angélica
334 Campelo de Albuquerque e Melo passou a palavra a Sra. Maria Luiza Moura
335 Oliveira, que informou que o CONANDA, o Comitê de enfrentamento à exploração
336 sexual de crianças e adolescentes e a SPDCA firmaram o compromisso de fazer a
337 revisão do plano nacional de enfrentamento à violência e era sugerido um seminário
338 com 81 participantes, entres os dias 22 e 24 de setembro do corrente ano, em
339 Brasília/DF, para iniciar o processo. **Relato das Comissões. Comissão de Direitos**
340 **Humanos e Ação Parlamentar – CDH.** A Sra. Maria Luiza Moura Oliveira informou
341 que a CDH elaborou minuta de nota pública a respeito do caso da adolescente de

342 Abaetetuba, no Pará, que foi violentada sexualmente e foi protegida pelo PPCAAM,
343 mas ao completar a maioridade teve sua vida exposta em jornal de circulação
344 nacional, Folha de São Paulo, de forma pejorativa e que ganhou o debate nacional.
345 O Sr. Ariel de Castro Alves leu a minuta de repúdio à matéria Vida em Looping,
346 veiculada no dia cinco de agosto de dois mil e dez. Feitos os devidos ajustes, a
347 minuta foi aprovada. Posto isto, a Sra. Maria Luiza Moura Oliveira sugeriu uma
348 reunião com o PPCAAM. Após, a Sra. Maria Luiza Moura Oliveira, expondo o caso
349 do adolescente de Belo Horizonte que teve parte de seus depoimentos exposta na
350 mídia, informou que a Rede ANDI propôs uma produção conjunta de nota pública e
351 que fosse assinada pelos vários atores do Sistema de Garantia de Direitos, o que foi
352 aprovado pelo plenário do Conselho. A Sra. Miriam Maria José dos Santos sugeriu à
353 comissão um projeto de lei que proíba a veiculação de crianças em propaganda
354 comercial. Posto isto, a Sra. Maria Luiza Moura Oliveira ressaltou que a CDH sugeria
355 ao Conselho a produção de um guia que orientasse minimamente os jornalistas ao
356 produzir matérias sobre violência contra criança e adolescente. Destacou a denúncia
357 de um casal de moradores do Lago Norte, bairro nobre de Brasília, que mantinham
358 sitiados seus dez filhos em casa devido às diretrizes de sua seita religiosa. Com
359 isso, afirmou que era necessário pensar em como os sistemas locais funcionavam
360 em relação a essas situação de graves violações. O Sr. Alfredo Bernardo Pereira da
361 Silva destacou que haviam pessoas especializadas nesse tipo de caso e que
362 poderia auxiliar o CONANDA. Ponderou que o CONANDA deveria ter uma
363 subcomissão para tratar do infanticídio em terras indígenas. Após, o Sr. Stanley
364 informou que: o adolescente envolvido na morte de Elisa Samúdio foi muito bem
365 tratado em Minas Gerais, todavia, o site UOL divulgou o nome completo do
366 adolescente e trazendo cópia integral da denúncia do promotor, sendo que foi o
367 próprio Ministério Público que divulgou a imprensa; o requerimento do CONANDA
368 que foi aviado aos autos não foi aceito pelo promotor do Ministério Público, que em
369 alto e bom som disse que o CONANDA para ele “é nada”; havia a possibilidade de o
370 adolescente ser assassinado a qualquer tempo. Desta monta, o Sr. Fabio Feitosa da
371 Silva acresceu que no dia nove de agosto o Jornal Nacional veiculou matéria que
372 dizia: Adolescente envolvido ficará em centro de internação por tempo
373 indeterminado, de acordo com a justiça o menor teve participação no seqüestro, no
374 cárcere e no assassinato de Elisa Samudio, ele será avaliado de seis e seis meses e
375 o tempo máximo de reclusão será de três anos. A Sra. Miriam Maria José dos
376 Santos sugeriu o envio de ofício à Coordenadora do Ministério Público Estadual

377 repudiando a postura anti-profissional desse promotor em relação ao Estatuto da
378 Criança e do Adolescente – ECA e ao CONANDA. Entretanto, o Sr. Fabio Feitosa da
379 Silva lembrou que aquela não foi uma manifestação oficial do promotor e talvez não
380 poderia ser feita tal propositura. Todavia, o Sr. Stanley informou que foi oficialmente
381 em nome da comissão. Na sequência, o Sr. Ariel de Castro Alves sugeriu acionar o
382 PPCAAM para averiguar o risco de ameaça à vida do adolescente. O Sr. Stanley
383 informou que o adolescente foi direcionado para um sistema individualizado devido a
384 uma briga com adolescentes. Seguindo, a Sra. Maria Luiza Moura Oliveira informou
385 que: o Projeto de Lei do Castigo Físico gerou um debate vultuoso na opinião pública
386 do país e questionou qual seria o encaminhamento do CONANDA a respeito disso.
387 Ao passo que o Conselho decidiu minutar nota pública e circular pela rede de
388 proteção da criança e do adolescente; o Projeto de Lei da Reparação Civil
389 decorrente de exploração sexual, que trata da reparação e indenização de crianças
390 e adolescentes em condições de exploração sexual comercial. Com tanto, o
391 CONANDA foi demandado a se manifestar sobre o projeto de lei, que foi
392 encaminhado pela Frente Parlamentar, especificamente pelo Deputado Paulo
393 Lustosa. A Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda sugeriu uma audiência pública
394 com a Frente Parlamentar e a elaboração de um substitutivo. A Sra. Miriam Maria
395 José dos Santos sugeriu um diálogo com a CORD Infância do Ministério Público do
396 Trabalho. Ao passo que a Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda ressaltou que tal
397 diálogo ocorreria em uma reunião futura. Portanto, a Comissão sugeriu suspender a
398 tramitação do projeto de lei, pautar a discussão no Ministério Público do Trabalho,
399 solicitar a audiência pública, pautar isso no Ministério Público do Trabalho, reunir
400 material para qualificar o debate e marcar um encontro com a Frente Parlamentar.
401 Continuando, a Sra. Maria Luiza Moura Oliveira informou que havia um outro projeto
402 de lei em discussão para dar porte de arma aos agentes de segurança do sistema
403 sócio-educativo. Portanto, a Comissão sugeriu o acompanhamento do andamento
404 desse PL através da assessoria parlamentar e uma manifestação oficial do
405 Conselho a respeito do tema. O Sr. Fabio Feitosa da Silva sugeriu a manifestação
406 conjuntamente com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Seguindo, a Sra. Maria
407 Luiza Moura Oliveira informou que verificaria junto à Coordenadora-Geral do
408 CONANDA, Sra. Margarida Munguba Cardoso, o andamento da revisão da
409 Resolução nº 113 do, a reforma política e revisão do regimento interno do
410 CONANDA, o GT do o DISK Conselho Tutelar e o GTI da Copa do Mundo 2016.
411 Informou ainda que o CONANDA precisava se posicionar a respeito da morte do

412 adolescente Jonatas Felipe, de 15, morto confundido com outro adolescente infrator
413 e suspeitava-se de participação de policiais militares. Com tanto, a comissão sugeriu
414 acompanhar o andamento das apurações deste caso junto ao governo de São Paulo
415 e solicitar ao Ministério Público Estadual que acompanhe também o caso. Seguindo,
416 informou que: o município de Fernandópolis adotou o Toque Escolar, que proíbe o
417 estudante de cabular aula, e a partir daquele dia não foi encontrado nenhum
418 adolescente fora da escola. Com isso, sugeriu maiores esclarecimentos ao Conselho
419 Municipal; a morte de um outro adolescente em Fortaleza, de 14 anos, e sugeriu os
420 mesmos encaminhamentos dados ao caso do adolescente de 15 anos morto em
421 São Paulo; faziam o acompanhamento e compilação das cartas assinadas pelo
422 CONANDA e fariam a devolutiva para o plenário. **Relato das Comissões.**
423 **Comissão de Formação e Mobilização – CMF.** A Sra. Maristela Cizeski informou
424 que: o primeiro ponto de pauta da comissão era a assinatura do termo de
425 compromisso pelos presidentes, que já tinha sido vencido pela plenária; o
426 segundo ponto de pauta foi a teleconferência e a Sra. Carmen Silveira Oliveira
427 sugeriu à comissão que a teleconferência fosse realizada entre o primeiro dia de
428 outubro e o primeiro dia de novembro do corrente ano. Deste modo, a comissão
429 propôs ao plenário que o GTI definisse a data específica, o que foi acatado pelo
430 Conselho; o terceiro ponto de pauta foi a discussão sobre os projetos financiados
431 pelo Fundo da Criança e do Adolescente; o quarto ponto foi uma reunião com a
432 Rede ANDI, onde a comissão: solicitou as estatísticas do Portal da Criança e do
433 Adolescente e propôs um ofício a todos os conselhos municipais e estaduais e
434 parceiros da rede de proteção informando do funcionamento e alterações do Portal;
435 discutiu sobre o boletim do andamento da Política Nacional e do Plano Decenal em
436 uma discussão mais ampliada; discutiu também a oficina de comunicação, com a
437 seguinte proposta: comunicação e políticas públicas para a infância na construção
438 do plano decenal, para uma política nacional para crianças e adolescentes e balanço
439 da primeira conferência nacional de comunicação, as perspectivas da regulação da
440 mídia, com foco nos direitos de crianças e adolescentes. Para tanto, era necessário
441 definir a data da oficina no dia 14 de setembro ou 19 de outubro. Ao passo que o
442 CONANDA não definiu a data naquele momento, mas que participaria um
443 representante de cada comissão permanente, além do GTI do Plano e da Política
444 Nacional; o quinto ponto de pauta tratado foi a minuta da Escola de Conselhos.
445 Todavia, a Comissão propôs encaminhar à equipe técnica para fazer a minuta e
446 posteriormente a CPP e a CMF fazerem suas considerações e respectivamente

447 remeter ao plenário. Por derradeiro, a Sra. Maristela informou a dificuldade na
448 contratação da empresa para que operacionalizasse o encontro de conselhos. Com
449 tanto, a comissão sugeriu que a SPDCA resolvesse essa dificuldade. Item VI:
450 Encerramento. Vencidos os pontos de pauta e nada mais havendo a ser tratado,
451 considerando a ausência naquele momento do Presidente do CONANDA, a Sra.
452 Carmen Silveira Oliveira encerrou a reunião. Deste modo, subscreve esta ata o Sr.
453 Fabio Feitosa da Silva, Presidente do CONANDA.

454

455

456

Fabio Feitosa da Silva
PRESIDENTE DO CONANDA